

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petroleiros suspendem greve marcada para hoje	2
Título: A política de longo prazo da Petrobrás	3
Título: Petrobrás tem R\$ 34,6 bi para megaleilão	4
Título: Bolsonaro se diz quase afinado com China	5
Título: Petrobrás identifica que óleo no litoral é proveniente de 3 campos da Venezuela	7
Título: Exposição a longo prazo pode causar câncer, diz ministério	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Voluntários relatam intoxicação após manuseio de óleo em praias	9
Título: Análise de manual para conter óleo mostra que governo demorou a agir	11
Título: Sem informar critérios, ministro diz que praias estão aptas ao banho	13
Título: Folha Corrida	14
Título: Samarco recebe licença para voltar a operar	15
VEÍCULO: O Globo	17
Título: Técnicos defenderão proposta sobre energia solar junto ao presidente	17
Título: Conta de luz ficará mais cara em novembro com bandeira vermelha	19
Título: Bolsonaro convida chineses para megaleilão	19
Título: Nota técnica avisou ao ministério que fim de comitês prejudicaria combate ao óleo	21
Título: Quando você ia para o moinho, eu já voltava com o fubá	23
VEÍCULO: Correio Braziliense	23
Título: Óleo vem de três campos	23
Título: Praias boas para banho	25
Título: Luz mais cara mês que vem	25

Título: Petrobras pretende participar de leilão..... 26

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Petroleiros suspendem greve marcada para hoje

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) decidiu ontem suspender a greve por tempo indeterminado que estava programada para começar hoje. A decisão foi anunciada após nova proposta formulada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que vem atuando como mediador entre a Petrobrás e os sindicatos. Parte dos funcionários ficará fora do acordo, já que o Sindipetro- RJ, que reúne cerca de nove mil empregados, se recusou a assinar a proposta inicial do TST. O novo acordo prevê, entre outras coisas, o limite de 30% para que os empregados contribuam com o Plano de Saúde – na redação anterior, esse limite poderia ser maior.

Além disso, a Petrobrás terá de negociar com o sindicato local de cada unidade no caso da implantação de turnos de 12 horas para empregados lotados nas unidades em terra. “Depois de acatarem nossas sugestões, estamos indicando à categoria o fim da greve e a assinatura do acordo proposto pelo TST”, disse ontem o coordenador da FUP, José Maria Rangel à categoria. Em nota, a Petrobrás afirmou que também aceita as mudanças feitas pelo TST. Informou que vai estender o acordo a todos os sindicatos, menos ao Sindipetro- RJ. As negociações entre a Petrobrás e os sindicatos começaram em maio.

Inicialmente, a FUP e Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) negociaram juntas com a estatal, mas divergências em relação ao momento em que a categoria deveria entrar em greve dividiram as duas entidades. Elas passaram a negociar separadamente com o TST. O Sindipetro-RJ, ligado à FNP, aprovou em assembleia o acordo oferecido pelo TST antes das mudanças. Mas, alegando pressão da Petrobrás sobre os funcionários, se recusou a assinar o documento

que havia sido aprovado. Assim, perdeu a chance de aderir à nova proposta do tribunal. A Petrobrás nega as pressões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: A política de longo prazo da Petrobrás

A recuperação da Petrobrás não perdeu ritmo no terceiro trimestre de 2019, permitindo tanto o fortalecimento dos resultados financeiros como novos avanços no que tange à eficiência e à redução do endividamento. O objetivo de criar valor para os acionistas, a começar da controladora (a União) –, exibido no preço das ações negociadas em Bolsa, está sendo cumprido, enfatiza o presidente da companhia, Roberto Castello Branco. Juros sobre o capital próprio voltam a ser pagos a titulares de ações ordinárias e preferenciais. A Petrobrás registrou lucro líquido de R\$ 9,1 bilhões entre julho e setembro e de R\$ 32 bilhões nos primeiros nove meses do ano.

O valor de mercado da empresa (market capitalization, medido pelo número de ações multiplicado pelas cotações em Bolsa) ainda é inferior ao de suas congêneres globais, mas segue crescendo. Isso se deve a políticas claras de melhoria da eficiência e da governança da empresa, iniciadas há três anos na gestão Pedro Parente, no governo Michel Temer, e mantidas depois disso. Um dos maiores obstáculos da estatal, representado pelo endividamento, aos poucos vai sendo enfrentado. A Petrobrás tinha em 30 de setembro deste ano uma dívida líquida de US\$ 89,9 bilhões, em queda de 11% relativamente aos US\$ 101 bilhões de junho de 2019.

A estatal segue uma política voltada para o longo prazo. Os objetivos fixados se assemelham aos de uma companhia privada. Por exemplo, ante os riscos de perda de relevância do petróleo no futuro, a empresa procura não só aumentar, mas priorizar a rapidez na extração do bruto. A produção de óleo e gás atingiu o nível recorde de 3 milhões de barris/dia em agosto e continuará subindo, segundo se espera. A baixa das cotações do óleo bruto no mercado global provocou redução das receitas líquidas da empresa, mas não impediu que o fluxo de caixa operacional registrasse recorde histórico.

Programas de demissão voluntária estão em curso e prédios são desocupados no País e no exterior. Os ajustes internos são acompanhados de amplo programa de venda de ativos, como a rede de gasodutos TAG, no segundo trimestre, e a BR Distribuidora, no terceiro trimestre. Prevê-se, agora, a venda

da Liquigás e de refinarias. Afinal, o êxito da exploração dos campos do pré-sal tem sido decisivo para a recuperação da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Editorial

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás tem R\$ 34,6 bi para megaleilão

Estatul se considera ‘dona natural’ dos campos, pois conhece bem os reservatórios do pré-sal que serão leiloados dia 6 de novembro

A Petrobrás vai chegar ao megaleilão no dia 6 de novembro com R\$ 34,6 bilhões na carteira para fazer ofertas agressivas pelas áreas de pré-sal. A avaliação da diretoria é que a estatal é a “dona natural” dos campos, porque conhece muito bem os reservatórios que vão ser leiloados. Também domina a tecnologia para ultrapassar o desafio de produzir em águas tão profundas. Para sair na frente das maiores multinacionais da indústria petroleira – como ExxonMobil, Shell e Chevron –, também inscritas na licitação, a Petrobrás está disposta a gastar todo dinheiro que vai receber do Tesouro por ter pago mais do que deveria por 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe, incluindo petróleo e gás) cedidos pela União em 2010.

Passados nove anos, as duas partes – Petrobrás e governo federal – revisaram as contas e concluíram que a estatal tem R\$ 34,6 bilhões a receber. Na prática, esse dinheiro não vai circular. A Petrobrás vai comprar as áreas no megaleilão. No dia de concretizar o negócio, com a assinatura do contrato, prevista para acontecer no fim do ano, a empresa vai apresentar como pagamento o crédito que possui com o governo e a conta vai ser finalmente zerada. Nenhum centavo desse dinheiro vai ser usado para reduzir o endividamento da companhia, de US\$ 90 bilhões, que vai ser abatido com a venda de ativos e o que possui em caixa. Dono.

“A gente conhece muito bem a região. É o nosso foco. É onde a gente acredita ser o dono natural. Estamos efetivamente conversando para participar do leilão”, disse a diretora Financeira e de Relação com os Investidores da companhia, Andrea Marques de Almeida. O diretor de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia da petroleira, Rudimar Lorenzatto, reforçou que o conhecimento técnico da Petrobrás, pela experiência que a empresa tem na área, é muito importante. “O resultado do leilão deve ser compatível à expectativa depositada nele”, acrescentou. Os reservatórios que vão a leilão no dia 6, na verdade, já estão com a Petrobrás. Se outras empresas saírem vitoriosas da licitação, vão ter de ser sócias da estatal e dividir com ela a

operação. Isso porque as áreas oferecidas nada mais são do que extensões do campos adquiridos pela empresa em 2010, na cessão onerosa.

Inicialmente, ainda no governo petista, foi definido que a estatal ficaria também com o reservatório excedente da cessão onerosa. Mas o governo voltou atrás e decidiu oferecer os ativos também à iniciativa privada em leilão. Entre uma decisão e outra, porém, a estatal avançou na pesquisa dos reservatórios e, por isso, possui mais conhecimento das áreas do que qualquer outra companhia. Ao todo, 14 empresas foram habilitadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a participar do megaleilão. Todas são de grande porte e atuam globalmente. Da América Latina só disputarão o leilão a Petrobrás e a Ecopetrol, da Colômbia.

A maioria é dos Estados Unidos e Europa, além da Ásia. Os presidentes de duas das inscritas, além do diretor-geral da ANP, Décio Oddone, estiveram reunidos separadamente com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no Rio, ontem. Um deles é o da Petrobrás, Roberto Castello Branco. A outra é da ExxonMobil, Carla Lacerda. Gás. Além do petróleo, a Petrobrás espera encontrar grande volume de gás no pré-sal. Mas para trazer o produto até à costa e ganhar dinheiro com ele, vai precisar investir, principalmente na construção de gasodutos de escoamento. Esse gasto, no entanto, só deve acontecer daqui a alguns anos e em parceria com outras companhias, segundo a diretora de Refino e Gás Natural da Petrobrás, Anelise Lara. “Para os novos campos, vai haver necessidade de novas rotas, e é natural que a Petrobrás participe do investimento na infraestrutura necessária. O que a gente prevê é que isso não vai ser feito exclusivamente com recursos da Petrobrás.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor: Julia Lindner ENVIADA ESPECIAL / PEQUIM

Título: Bolsonaro se diz quase afinado com China

Em visita aos chineses, presidente diz que encontro com o país tem a ver com comércio e que a política a ‘gente resolve caso a caso’

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, após encontro com o presidente chinês, Xi Jinping, ontem que Brasil e China estão “próximos de 100% afinados” na questão econômica, e que questões políticas – inclusive as disputas entre China e Estados Unidos, outro país que Bolsonaro vê como importante aliado – serão discutidas “caso a caso”. “Nunca seremos 100% afinados (com a China), mas na questão econômica, acredito que estamos bem próximos disso”, afirmou o presidente brasileiro. O megaleilão de petróleo marcado para 6 de novembro é

uma das questões econômicas onde parece haver alinhamento. Bolsonaro convidou estatais chinesas para participarem da oferta de áreas de exploração no pré-sal.

“As informações que eu tive são de que a China tem interesse em participar. E é bom para todos nós.” O presidente brasileiro afirmou que na reunião também se falou do etanol. Segundo Bolsonaro, o governo chinês se interessa pelo biocombustível por buscar cumprir metas de menor poluição e emissão de CO2. “Acredito que brevemente, estaremos exportando etanol para a China”, disse. Carne inigualável. Bolsonaro aproveitou para fazer elogios à carne brasileira – outro produto para o qual ele e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, tentam abrir mercados. “Ele (Xi) falou que gosta de churrasco e falou muito bem da carne brasileira. Eu espero que isso ecoe em todos os continentes e países do mundo – que a carne brasileira é inigualável”, afirmou.

Na quinta-feira, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, já havia dito que novos frigoríficos brasileiros devem ser habilitados para exportar para o gigante asiático. Depois da reunião entre Bolsonaro e Xi, ela participou da assinatura dos protocolos sanitários. Com a visita da comitiva brasileira, a China decidiu liberar a exportação de farelo de algodão e carne bovina termoprocessada.

Visita ao Brasil. Há expectativa de que outros pontos que vinham sendo negociados possam ser anunciados durante a visita de Xi ao Brasil para a reunião do Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, no próximo mês. “As outras coisas estão sendo discutidas e tenho expectativas de que talvez em novembro quando o presidente Xi for ao Brasil, ou entre agora e a ida dele, a gente possa ter outras coisas”, disse a ministra ao Estadão/Broadcast.

“A gente exporta muito para cá, mas muito concentrado em carne e soja, acho que a gente tem outras coisas para trabalhar. A gente exporta café, mas podemos ousar mais, eles estão muito interessados em cafés especiais.” Tereza Cristina disse também que sai da China “muito otimista” e que será criado um núcleo voltado exclusivamente para o país no Ministério da Agricultura. No núcleo, haverá pelo menos um técnico que fale mandarim e que domine a legislação chinesa “para facilitar e dar eficiência para as tratativas com o país”.

‘Mar de oportunidades’. Bolsonaro afirmou que o Brasil “tem feito o dever de casa” para equilibrar as contas públicas e reconquistar a confiança do mundo. Ele disse que o País é “um mar de oportunidades”. “Queremos compartilhar isso com a China.” O presidente enalteceu as relações comerciais entre os dois países e destacou a decisão de isentar os chineses de visto para a entrada no Brasil como um gesto de aproximação. “Eu estava ansioso por essa visita porque temos na China o primeiro parceiro comercial e nos interessa ampliar novos

horizontes. O Brasil precisa da China e a China também (precisa do Brasil).” O presidente chinês recebeu Bolsonaro com honras de Estado no Palácio do Povo, em Pequim. No início da reunião, ele afirmou que as relações estratégicas entre Brasil e China possuem “longo alcance”.

“É inalterada a tendência de ascensão coletiva dos mercados emergentes como China e Brasil”, disse. “A colaboração China-Brasil terá futuro brilhante.” Depois da reunião, Bolsonaro e Xi participaram de uma cerimônia para assinatura de atos, seguida por uma troca de presentes. O brasileiro deu um agasalho do Flamengo para o chinês. Palmeirense, Bolsonaro disse que o clube rubro-negro é o “melhor time brasileiro do momento”. / COLABOROU AUGUSTO DECKER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA Fernanda Nunes Roberta Jansen / RIO

Título: Petrobrás identifica que óleo no litoral é proveniente de 3 campos da Venezuela

Ambiente. Estudo comparou 30 amostras recolhidas das praias com banco de dados e concluiu que se trata de um blend do petróleo extraído desses locais, o que não significa que o país tenha responsabilidade pelo derramamento; Inpe investiga tempestades no mar

Estudos técnicos realizados pela Petrobrás sobre a origem do petróleo que contamina mais de 2,5 mil quilômetros do litoral do Nordeste confirmam não apenas que o produto teria origem na Venezuela, mas de quais campos o material foi retirado. A informação, antecipada pelo estadão.com.br, foi repassada à Marinha e aponta que a borra de petróleo tem origem em três campos específicos de exploração no país vizinho. A constatação foi possível após a Petrobrás comparar a composição química do material recolhido nas praias com centenas de amostras de petróleo de todo o mundo que a empresa mantém em um centro de pesquisas na Ilha do Fundão, no Rio.

“Quando a gente fez a análise em mais de 30 amostras, concluiu que era de três campos venezuelanos, é um blend. A origem do petróleo é lá. A origem do vazamento é outra coisa, que a gente entende que é na costa brasileira”, disse o diretor de Assuntos Corporativos da Petrobrás, Eberaldo de Almeida Neto. Estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) indicou que o derramamento pode ter ocorrido a pelo menos 600 km da costa. Isso não significa, portanto, que a Venezuela tenha responsabilidade direta sobre o derramamento do óleo, já que o material pode ter sido embarcado em navio de qualquer origem, até mesmo em embarcações ilegais.

A hipótese de que o piche seja resultado de operação criminosa de um “navio fantasma” é, para a Marinha, uma das mais prováveis atualmente porque, segundo avaliações técnicas que já realizou, o produto que contamina as praias brasileiras não é comprado por nenhum outro país do mundo. Para Almeida Neto, o trabalho de buscar a origem do material para evitar que chegue às praias do Nordeste, como vem acontecendo desde o início de setembro, “é (como procurar) uma agulha no palheiro”.

Após fazer o cruzamento de uma série de dados, a Marinha enviou questionamentos técnicos formais a 30 embarcações que têm origem em 11 países. Todas passaram pela região no período investigado e possuem registros na Organização Marítima Internacional. As respostas ainda são aguardadas. O comandante de Operações Navais da Marinha, almirante Leonardo Puntel, afirmou ontem, no Recife, que “existe um inquérito de poluição hídrica aberto na Marinha e investigações estão sendo realizadas”.

Busca por causas. Paralelamente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) começou a procurar em seus arquivos informações sobre grandes tempestades, ondas gigantes e condições de navegabilidade do mar nos últimos dois meses. O objetivo é tentar estabelecer se houve condições para um naufrágio – que poderia ser responsável pelo derramamento de óleo. Segundo o oceanógrafo Ronald Buss de Souza, vice-diretor do Inpe, também serão feitos modelos para entender a movimentação das correntes marítimas no oceano profundo, que tem um ritmo bem diferente das correntes de superfície. Essa análise pode ajudar a determinar até mesmo se o fluxo de óleo está vindo do fundo do mar, por exemplo, de algum navio naufragado. Ontem o óleo chegou à cidade de Ilhéus (BA), o ponto mais ao sul atingido até o momento pela poluição que afeta o Nordeste desde setembro e que já chegou a 238 localidades, segundo o Ibama. / COLABOROU VINICIUS BRITO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Exposição a longo prazo pode causar câncer, diz ministério

A Defesa Civil e o Ministério da Saúde publicaram ontem uma cartilha com orientações a voluntários que participam da limpeza de óleo nas praias. Segundo o texto, a inalação de vapores do poluente pode causar dificuldades de respiração e dor de cabeça. Já o contato direto com o material pode levar a manchas na pele e inchaço. Sobre a exposição de longo prazo ao óleo, a publicação alerta para o risco de câncer e infertilidade. Mas a cartilha não

especifica qual o período de exposição necessário para surgirem doenças mais severas.

Segundo especialistas ouvidos pelo Estado, consequências graves são mais comuns entre aqueles com contato crônico, como trabalhadores do setor petroquímico. Nos últimos dias, voluntários e pescadores têm relatado sintomas como dor de cabeça, náuseas e tontura – reações a curto prazo também listadas no material do governo. A Secretaria Estadual de Pernambuco havia registrado, até anteontem, 19 casos de intoxicação com suspeita de relação com o óleo. A cartilha recomenda ainda que profissionais de saúde registrem casos suspeitos e confirmados de intoxicação exógena no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan).

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou anteontem que não há alerta do governo e que ainda serão feitos estudos sobre os efeitos do óleo na cadeia alimentar. Pescado. Em nota, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) afirma que não há proibição para a comercialização de pescados do Nordeste, mas “autoridades estaduais podem definir restrições” diante da situação específica de cada localidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo e João Valadares

Título: Voluntários relatam intoxicação após manuseio de óleo em praias

Era o primeiro dia em que a estudante de biologia Laís Araújo, 22, participava de um mutirão de voluntários para recolher o óleo nas praias de Pernambuco.

Após algumas horas surgiram os sintomas. Primeiro, veio o ardor nos olhos. Depois, uma dor de cabeça muito forte. Ainda sentiu falta de ar, cólica, náusea e coceira no corpo. Foi atendida por um médico no próprio local.

“Ele disse que eu não poderia mais trabalhar na remoção do óleo, mas tive que continuar para ajudar a minimizar a poluição nas nossas praias”, afirma.

Assim com Laís, outros voluntários e trabalhadores que têm atuado na limpeza das praias também estão sob risco de intoxicação com o petróleo, que possui componentes tóxicos e nocivos à saúde.

Os casos refletem a desorganização das ações de retirada do óleo das praias nos últimos dois meses, quando milhares de voluntários, servidores de prefeituras e até mesmo praças da Marinha atuaram sem a devida proteção.

Nas últimas semanas, não foram raras as imagens de pessoas retirando o óleo em trajes do dia a dia, sem proteção nas mãos, nos pés e no rosto.

Apenas em Pernambuco, a Secretaria Estadual de Saúde registrou 19 casos de pacientes que procuraram unidades de saúde após manusearem o óleo. Dos 19 casos, 17 ocorreram no município de São José da Coroa Grande e dois em Ipojuca, ambos no litoral sul de Pernambuco.

Os casos estão em processo de investigação pelas equipes de Vigilância em Saúde, mas a principal suspeita é de que o mal-estar tenha sido causado pelo contato com o óleo e também pelo uso indevido de solventes para retirada do petróleo grudado no corpo.

Especialistas afirmam que recolhimento deve ser feito apenas com equipamentos de proteção individual como luvas de látex, botas impermeáveis, máscaras respiratórias e macacão de proteção.

“Quando é exposto ao sol, o óleo começa a vaporizar e a liberar gases tóxicos”, explica o biólogo Ícaro Moreira, professor do curso de Engenharia Ambiental da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Caso não esteja devidamente protegido, o trabalhador ou voluntário que entrar em contato com o óleo pode sofrer dores de cabeça, náuseas, vômitos, vertigem, dermatites e até queimaduras.

Em determinados casos, o mal-estar pode acontecer mesmo que a pessoa esteja devidamente protegida, como foi o caso de Laís.

“Estava com botas, luvas e máscara. Mesmo assim, fiquei desse jeito. O material é muito tóxico”, afirmou a estudante, que integra o movimento Xô Plástico, que atua na limpeza de praias e manguezais.

Nesta sexta (25), o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, declarou que as praias do Nordeste que já foram limpas das manchas estão aptas a receber turistas. Ele não soube, porém, informar quais critérios técnicos utilizou para embasar a afirmação.

Especialistas contestam a afirmação e dizem que o banho de mar deve ser evitado nas praias que foram atingidas pelo óleo, mesmo que já tenham sido limpas. Isso porque o petróleo também pode chegar à costa na forma dissolvida, na qual a sua presença é detectada apenas por meio de análises de laboratório.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 26/10/2019**Seção:** Especial**Autor:** Phillippe Watanabe e Matheus Moreira**Título:** Análise de manual para conter óleo mostra que governo demorou a agir

União ignorou perguntas que determinam gravidade do desastre e acionam plano de contenção

Uma análise do manual elaborado pelo governo para determinar se o Plano Nacional de Contingência de Incidentes com Óleo (PNC) deve ou não ser acionado mostra que o governo demorou a agir, mesmo com o agravamento diário das manchas.

O manual indica 35 perguntas que ajudam a determinar a magnitude do problema e a necessidade ou não de dar prosseguimento ao plano.

Algumas delas são: a fonte de descarga [de óleo] não foi controlada? Há possibilidade de ampliar a(s) área(s) impactada(s)? Há possibilidade de o óleo causar impactos ambientais de relevante comoção social? Há possibilidade de o óleo afetar área de importância socioeconômica?

No caso do vazamento de óleo que atinge o Nordeste brasileiro desde 30 de agosto e já afetou mais de 230 localidades, as respostas para essas perguntas é sim. Nem todas as questões precisam ter respostas positivas para que o plano seja acionado.

As perguntas devem ser discutidas pelo chamado GAA (Grupo de Acompanhamento e Avaliação). Os detalhes do manual foram revelados pelo jornal O Globo.

O documento foi aprovado pelo comitê executivo do plano nacional em reunião em março de 2018 e teve participação dos ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Defesa, de **Minas e Energia**, e da Marinha, Ibama e da Agência Nacional de Petróleo, que integram o GAA.

O documento reforça a estrutura organizacional do plano de contingência. Nessa estrutura, o Ministério do Meio Ambiente é a autoridade nacional e pode dar início às ações relacionadas ao plano. O manual também detalha os procedimentos a serem tomados dependendo do acidente.

Se o plano é acionado, um coordenador operacional é designado para acompanhar o vazamento. Essa designação só foi feita em 11 de outubro em ofício interno pelo ministro Ricardo Salles, 43 dias após o aparecimento das

manchas. Àquela altura, 155 locais e todos os estados do Nordeste já tinham sido afetados.

A primeira nota da Marinha sobre o óleo data de 27 de setembro. O GAA só foi citado pela primeira vez em nota de 14 de outubro. O governo diz, porém, que o GAA vem realizando ações para a retirada do óleo “desde que as primeiras manchas surgiram”.

Já a primeira menção do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ao vazamento de óleo foi feita em rede social em 5 de outubro. Nela, Salles dizia que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) determinou urgência na identificação na origem do óleo. No mês de setembro, o ministro viajou ao exterior para melhorar a imagem ambiental internacional do Brasil, arranhada após os aumentos no desmatamento e as queimadas na Amazônia.

Por causa da demora para ativar o plano de contingência, no dia 18 de outubro o MPF (Ministério Público Federal) entrou com uma ação contra a União por omissão e determinou que o PNC fosse ativado em até 24h.

À Justiça Federal do Sergipe, a União disse que o PNC já estava em execução desde o início de setembro, diferentemente do indicado no ofício interno do Ministério do Meio Ambiente. A Justiça do Sergipe decidiu no dia 20 que o plano já estava em ação.

Uma vez que o coordenador operacional do plano de contingência é designado, os comitês Executivo e de Suporte deveriam ajudar na gestão do incidente. Esses conselhos foram extintos por decreto de Jair Bolsonaro em abril, como revelou a Folha.

Os comitês extintos também intermediariam a disponibilização de recursos humanos e materiais para ajudar na resposta ao vazamento.

Segundo funcionários do MMA e especialistas, a extinção dos comitês pode ter atrasado a resposta do governo.

O manual também aponta que cabe ao coordenador, no caso a Marinha, um centro de comunicações que facilite o acesso às informações. Somente na quinta (24) o governo lançou um site oficial com dados sobre as manchas.

De acordo com um relatório sobre medidas para conter vazamentos de óleo da EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos), quando há um derramamento na água o material precisa ser contido o quanto antes. O equipamento mais utilizado na contenção de óleo são as barreiras flutuantes.

O Ibama chegou a questionar a eficácia das boias, mas, após decisão da Justiça Federal de Sergipe, instalou no dia 14 de outubro barreiras nos rios São Francisco, Japaratuba, Sergipe, Real e Vaza Barris. No dia seguinte, porém, parte da estrutura foi levada pela água devido à velocidade das correntes na vazão dos rios.

Há outros métodos que poderiam ser usados, segundo a EPA, como os escumadores, equipamentos que ajudam a recolher óleo da superfície da água. Esses equipamentos, no entanto, tendem a recolher mais água do que óleo quando usados no mar agitado. Também seria possível utilizar materiais absorventes, segundo a agência americana.

A falta de informações sobre a origem do óleo e se ele se move abaixo da superfície da água dificulta sua contenção.

“Quando não se tem o fator de origem, não se sabe como foi e quando foi, é como [procurar] agulha no palheiro”, disse Eberaldo de Almeida Neto, diretor de assuntos corporativos da Petrobras.

Análises da estatal concluíram que o óleo é uma mistura da produção de três campos na Venezuela. A companhia disse que investigações apontam como provável origem o derramamento por navio.

Colaborou Nicola Pamplona, do Rio de Janeiro

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Valadares

Título: Sem informar critérios, ministro diz que praias estão aptas ao banho

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, declarou nesta sexta (25) que as praias do Nordeste que já foram limpas das manchas de óleo estão aptas a receber turistas. Ele não soube, porém, informar quais critérios técnicos utilizou para embasar a afirmação.

Ele ressaltou que, nos locais onde ainda há resquícios de petróleo, a população precisa aguardar.

A Secretaria Estadual de Saúde comunicou que foi notificada sobre a ocorrência de 19 pessoas no litoral sul de Pernambuco em estado de intoxicação que relataram náusea, tonturas e ardência nos olhos.

Questionado insistentemente durante coletiva se não havia risco, o ministro não respondeu e cobrou responsabilidade da imprensa.

“Se menos de 10% das praias foi impactada, a gente [precisa] tratar de uma forma responsável do ponto de vista de divulgação”, disse.

O secretário de Turismo de Pernambuco, Rodrigo Novaes, chegou a interromper a resposta do ministro para tentar auxiliá-lo. Lembrou que o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, tinha declarado na quinta-feira (24) que não haveria problemas em tomar banho de mar onde o óleo não estivesse visível. O governo de Pernambuco fez a mesma recomendação.

Já a bióloga Mariana Guenther, do Instituto de Ciências Biológicas da UPE (Universidade Federal de Pernambuco), alega que, mesmo sem mancha visível, as pessoas não devem entrar na água.

Ela explica que o material é altamente tóxico e uma parte dele está sedimentado no fundo do mar. “Os locais precisariam ser interditados até que se faça uma análise da água”, diz.

A pesquisadora explicou que a análise que indica o índice de balneabilidade das praias, comumente feita por órgão ambientais, não se aplica a esse caso. Nesses exames é levada em consideração apenas a contaminação da água por coliformes oriundos de esgotos.

Pesquisadores do CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente) em parceria com a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) coletaram amostras de água em vários pontos do litoral. O resultado do diagnóstico químico, no entanto, só deve ser divulgado no próximo mês.

A Adesc (Associação para Desenvolvimento Sustentável da Praia dos Carneiros) informou que um laudo realizado por laboratório certificado atesta que a praia está sem óleo.

Um outro exame para verificar a presença de hidrocarbonetos na água também será encomendado. A expectativa é de que o resultado seja divulgado na próxima semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Folha Corrida

Menino coberto de óleo traduz em imagem a tragédia do litoral nordestino

A imagem deu a volta ao mundo: um menino sai da água do mar com os olhos fechados e os braços abertos, em um gesto de impotência, com o corpo coberto por um saco de lixo, empapado do óleo que há quase dois meses se espalha pelo litoral nordestino.

Ela foi registrada por um fotógrafo colaborador da agência AFP no dia 21 de outubro, por volta das 11h, na praia de Itapuama, em Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco).

Naquele dia, Everton Miguel dos Anjos, de 13 anos, seus quatro irmãos e vários primos se somaram às centenas de voluntários que retiravam os resíduos de petróleo cru espalhados na areia ou incrustados nas pedras.

Ele entrou no mar com uma camiseta, mas tirou quando viu o corpo enegrecido. Improvisou uma túnica com um saco de lixo e voltou para a água.

O jovem contou ao fotógrafo que sua mãe, que administra um bar na praia, brigou com ele quando viu as fotos, publicadas por muitos dos principais veículos de comunicação ao redor do mundo. “Eu tinha pedido permissão para ajudar a limpar a praia e ela me deu, mas com a condição de que eu não me sujasse”, disse.

O Ministério da Saúde afirmou que a inalação de vapores de petróleo ou o contato físico com suas substâncias tóxicas é perigoso.

Na quinta-feira (25), quatro dias depois da foto, apenas alguns fragmentos de petróleo eram vistos na praia. O Exército tinha se encarregado da operação de limpeza, proibindo a participação de crianças. Desde o início da catástrofe, foram recolhidas mais de mil toneladas de petróleo, segundo dados da Marinha.

O vazamento foi visto pela primeira vez na Paraíba em 30 de agosto e, desde então, foi detectado ao longo de 2.250 quilômetros, chegando a praias paradisíacas em uma região pobre e fortemente dependente do turismo. Até agora, 233 localidades foram afetadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/10/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fernanda Canofre

Título: Samarco recebe licença para voltar a operar

Mineradora poderá retomar atividade no complexo de Germano, onde ficava a barragem que rompeu em Mariana, em 2015

A mineradora Samarco recebeu nesta sexta-feira (25) licença para voltar a operar. O aval foi dado ao complexo de Germano, em Mariana (a cerca de 120 km de Belo Horizonte), onde ficava a barragem de Fundão que se rompeu em 5 de novembro de 2015, deixando 18 mortos, um desaparecido e um rastro de destruição ao longo do rio Doce até o litoral do Espírito Santo.

A Samarco é controlada pela mineradora anglo-australiana BHP Billiton e pela Vale, dona de outra barragem rompida na mesma região neste ano, em Brumadinho (MG), tragédia que deixou 270 mortos.

A licença de operações corretivas foi dada pela Câmara de Atividades Minerárias do Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais) e teve dez votos a favor, um contra e uma abstenção.

A Semad (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) emitiu parecer favorável ao retorno das atividades ao fim da análise do processo. A votação foi retomada nesta sexta, depois que entidades pediram vistas no último dia 11.

Entre os órgãos que autorizaram o pedido de licença estão Ibama, ANM (Agência Nacional de Mineração), Crea-MG (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Governo de MG. A abstenção veio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

O único voto contra foi de Lúcio Guerra Jr., representante do Fonasc (Fórum Nacional da Sociedade Civil em Comitês de Bacias Hidrográficas). Na justificativa, ele disse que preocupa o fato de o complexo de Germano ter hoje a maior barragem a montante da América Latina, mesmo que ela seja apontada como tecnicamente segura.

“É inconcebível que o Estado continue fazendo licenciamento, sem fazer as reparações”, afirmou. “As mudanças que foram feitas estão sendo feitas para favorecer o licenciamento e o empreendimento, em detrimento da segurança das pessoas e do meio ambiente.”

O rompimento na barragem de Fundão é considerado a maior tragédia socioambiental já ocorrida no país.

A Samarco encaminhou pedido para obter a licença em setembro de 2017. A licença de operação corretiva aprovada agora pelo conselho avaliou em processo único as 36 licenças suspensas em 2016 por causa da tragédia e 14 licenças que tramitavam na época do rompimento.

Segundo Rodrigo Ribas, superintendente de projetos prioritários da Semad, a mineradora teve que apresentar um sistema de disposição de rejeitos para substituir aquele que era usado com a barragem de Fundão.

O parecer favorável do estado, diz ele, foi baseado em análise das condições de operação e de impactos ambientais e com propostas de condições de controle ambiental. A licença tem 61 condicionantes a serem cumpridas.

A promotora Andressa Lanchotti lembrou durante a sessão que foram firmados termos de ajustamento de conduta entre o Ministério Público de Minas Gerais e a empresa desde a tragédia — o último deles foi assinado no dia 9 de setembro.

“A situação das estruturas [do complexo] hoje é estável, algumas já estão passando por descomissionamento, de acordo com as melhores práticas de engenharia mundiais”, afirmou ela antes da votação.

Em tese, a mineradora estará autorizada a voltar a operar assim que a decisão for publicada no Diário Oficial do Estado, mas a empresa deve fazer obras no local que devem levar ao menos um ano.

Em outubro de 2018, a Samarco começou obras de preparação da cava Alegria Sul, estrutura rochosa que receberá 20% dos rejeitos. Os outros 80% (parte mais arenosa) serão empilhados a seco, após filtragem.

A Samarco também informa que o retorno das operações será gradual, iniciando com 26% da capacidade de produção. Em 2015, a mineradora faturou R\$ 6,4 bilhões, ocupando a 12ª posição entre as maiores exportadoras do Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E JOAO SORIMA NETO BRASÍLIA E SÃO PAULO

Título: Técnicos defenderão proposta sobre energia solar junto ao presidente

Aneel quer cobrar uso da rede de quem gera sua própria eletricidade. Estudo do Ministério da Economia argumenta que reduzir subsídios para consumidores não é ‘taxar o sol’

Técnicos do setor elétrico no governo tentarão convencer o presidente Jair Bolsonaro de que a proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para os consumidores que geram sua própria energia não é “taxar o sol”. Ele usou esse argumento ao criticar a proposta do órgão, apresentada na semana passada.

A proposta da Aneel para a geração distribuída, quando o consumidor gera a sua própria energia — normalmente por painéis solares —, está em consulta pública por 45 dias. O Ministério da Economia defende a medida, com o argumento de que, se as regras atuais forem mantidas, o custo para os demais consumidores até 2025 seria de R\$ 56 bilhões.

Um estudo do ministério afirma que “taxar o sol” é uma expressão cunhada por quem vai perder os subsídios. Os técnicos ressaltam que as alterações apenas reduzem, não aumentam os encargos: “reduz o encargo que o cidadão comum pagaria, e que seria transferido a este grupo de interesse, que, agora, luta para mantê-lo.” A mudança é defendida pelas distribuidoras de energia, mas divide especialistas. A Aneel propõe alterar as regras sobre a energia que o consumidor gera a mais e joga na rede da distribuidora. Pela regra atual, essa energia é devolvida pela empresa ao consumidor praticamente sem custo. Com isso, o cliente pode consumir quando não está gerando sua eletricidade.

Pela proposta, o consumidor passará a pagar pelo uso da rede da distribuidora e também pelos encargos cobrados na conta de luz. A cobrança será feita em cima da energia que ele receber de volta. Esses valores hoje são pagos quem não tem sistemas de geração distribuída.

O ministério diz que, se o usuário quiser, pode se desconectar do sistema e armazenar sua própria energia em baterias. Mas quem ficar “deve pagar proporcionalmente ao seu uso.”

Para especialistas, investidores e consumidores, a proposta, se avançar, vai desestimular novos investimentos em uma fonte de energia limpa. Desde 2012, foram investidos quase R\$ 7 bilhões no país por consumidores, empresas e fundos que aplicam em energia solar. Este ano, serão mais R\$ 4 bilhões, segundo a Absolar, associação que representa empresas do setor.

A Frescatto Company, de pescados, usa energia solar desde 2016 e estima sua economia em gastos com energia em R\$ 2,5 milhões.

A energia solar gerada pelos próprios consumidores representa hoje menos de 0,2% da matriz energética.

—Em outros países, houve mudanças apenas quando essa fonte chegou a 5%. Mudar a regra com as coisas andando traz muita insegurança jurídica e desestimula novos investimentos — diz Rodrigo Moita, professor do Insper e especialista no mercado de eletricidade.

O presidente da Absolar, Rodrigo Sawaia, calcula que a energia solar gera, hoje, 100 mil empregos diretos e indiretos. Ele diz que a Aneel não leva em conta

benefícios como a diversificação da matriz energética e a redução de emissões poluentes.

Para Surya Mendonça, presidente da Órigo Energia, que opera fazendas solares (que alugam placas solares para pequenos estabelecimentos), a proposta da Aneel pode reduzir a atratividade pela energia solar em até 60%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Conta de luz ficará mais cara em novembro com bandeira vermelha

As contas de luz ficarão mais caras em novembro, em razão do baixo volume de chuvas nas regiões das hidrelétricas. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou, ontem, que vai aplicar a bandeira vermelha no primeiro patamar, no próximo mês. Isso representa adicional de R\$ 4,169 a cada cem quilowatts-hora consumidos.

Em outubro, a Aneel havia adotado a bandeira amarela, mais barata. Nesta semana, a agência reajustou os valores referentes a cada sobretaxa. A bandeira vermelha, no primeiro patamar, por exemplo, subiu de R\$ 4 para R\$ 4,169 a cada cem quilowatts-hora consumidos.

Segundo a Aneel, o mês de novembro normalmente se caracteriza pelo início do período úmido nas regiões das hidrelétricas, mas o regime de chuvas regulares nessas regiões “tem se revelado significativamente abaixo do padrão histórico”.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 pela Aneel como forma de recompor os gastos extras com o uso de energia gerada por termelétricas, mais caras, que são acionadas quando chove menos. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde) e indica o custo em função das condições de geração de eletricidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor: MARIA CRISTINA FERNANDES* PEQUIM

Título: Bolsonaro convida chineses para megaleilão

Segundo presidente, Brasil é ‘um mar de oportunidades’ para investimentos. ‘Nunca seremos 100% afinados com a China, mas na questão econômica somos fortes’ disse o mandatário

No último dia da visita de Jair Bolsonaro à China, o presidente fez um convite a empresas chinesas para que participem do megaleilão do petróleo, em novembro, e exaltou a relação bilateral. Bolsonaro e o presidente chinês, Xi Jinping, ainda assinaram oito protocolos ontem, no Salão do Povo, após uma cerimônia em que passaram em revista as tropas na Praça da Paz Celestial. Os principais protocolos envolvem carne bovina processada, farelo de algodão e energia renovável.

— O Brasil é um mar de oportunidades para a China. Gostaria de convidar a China a participar do leilão de cessão onerosa. Queremos agregar valor a este intercâmbio — afirmou o presidente.

Também foram firmados atos para facilitar trâmites nas aduanas, tornar regulares os contatos entre as chancelarias, para o intercâmbio de estudantes e para a liberação da Hidrelétrica de Xingu. Bolsonaro ainda deu a Xi um casaco do Flamengo, dizendo que o time “é o melhor da atualidade”.

A assinatura de um ato para incrementar a presença chinesa no etanol brasileiro deve ficar para novembro, quando Xi virá ao Brasil para a cúpula do Brics.

A hospitalidade e os discursos durante a visita apresentaram o ritual da diplomacia chinesa a Bolsonaro. O presidente brasileiro reiteradamente disse aos dirigentes chineses que o Brasil mudou e quer refundar as relações com a China, e ouviu que Pequim quer prosseguir na rota aberta há 45 anos, com o estabelecimento da relação entre os dois países.

— Há um futuro brilhante para a relação entre os dois países. São relações estratégicas e de longo alcance que nos unem — disse Xi.

Ao ressaltarem o multilateralismo e a história de convergências de suas diplomacias, Xi, o primeiro-ministro, Li Keqiang, e presidente da Assembleia Popular, Li Zhanshu, deram um sinal de que buscam confiança política mútua.

— O grande encontro aqui foi comercial, a política é caso a caso — disse Bolsonaro. — Perguntei a ele sobre sua relação com (Donald) Trump, e ele respondeu que é boa e respeitosa. Disse que cada um tem seu interesse. Nunca seremos 100% afinados (com a China), mas na questão econômica estamos fortes.

Bolsonaro voltou a falar da Huawei. Ao chegar à China, limitou-se a dizer que a empresa “estava fora do seu radar”. Ao partir, disse que não tratou do tema com Xi e acrescentou que os americanos “também tinham interesse” no negócio e que o Brasil “aguarda a melhor proposta” (* Do Valor)

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/10/2019****Seção: Sociedade****Autor: RENATO GRANDELLE****Título: Nota técnica avisou ao ministério que fim de comitês prejudicaria combate ao óleo**

Alerta ignorado:

Uma nota técnica encaminhada em abril passado à Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), elaborada por um analista da pasta, alertou que a extinção de três comitês poderia fragilizar a reação do governo federal diante de incidentes de poluição por óleo, como o que acabou acontecendo quatro meses depois, no Nordeste.

Apesar de reivindicar “medidas necessárias e urgentes” para a recriação dos colegiados, a nota foi ignorada. Ela data de 26 de abril, 15 dias após a publicação do decreto 9.759/2019, assinado por Jair Bolsonaro, que revogou uma série de colegiados considerados “supérfluos”. A tesourada atingiu os três comitês concebidos pelo decreto de 2013 que instituiu o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC).

Os três pilares do PNC eram o Comitê Executivo, que estabelecia as diretrizes para implementação do plano de contingência; o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, responsável por monitorar os incidentes de poluição por óleo; e o Comitê de Suporte, que indicava os recursos necessários para as operações de combate aos danos ambientais.

A nota técnica afirmou que, sem essa estrutura, a “cadeia de comando” necessária para responder a “incidente de poluição por óleo de significância nacional (...) estaria fragilizada pelo vácuo jurídico-institucional”.

Para o advogado Leandro Mello Frota, ex-diretor administrativo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o MMA ficou “acéfalo” ao extinguir os conselhos do PNC.

— Sem os colegiados, o governo perde a memória dos especialistas, que sabem como o governo agiu em situações prévias e podem esboçar mais agilmente medidas de reação a novos incidentes —explica. —

O MMA acreditava erroneamente que os colegiados só existiam para aumentar a burocracia da máquina pública. Por inocência, não pensou em um desastre com esta proporção no Nordeste.

Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Carlos Bocuhy avalia que a extinção dos comitês provocou um “silêncio inaceitável” no funcionamento do PNC.

— Os colegiados proporcionavam uma equipe de fiscalização ambiental articulada e pronta para atender o plano de contingência — ressalta. —O governo federal se omitiu, demonstrou não ter preparo institucional para responder a grandes incidentes.

Em nota, o MMA negou fragilidade no plano de contingência: “O MMA informa que não há nenhuma fragilidade. O GAA—Grupo de Acompanhamento e Avaliação — é composto pelo IBAMA, ANP [Agência Nacional de Petróleo] e Marinha e independe de qualquer colegiado”

PRAIAS APTAS'

Ontem, depois de duas praias da região metropolitana de Recife amanhecerem manchadas de óleo —assim como uma praia em Ilhéus, no Sul da Bahia—, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, molhou os pés no mar de Ipojuca (PE) e alegou não ter visto manchas de óleo.

—A região aqui está completamente apta à frequência de turistas. Não só Pernambuco, mas os estados do Nordeste que foram atingidos tiveram uma ação por parte do PNC, onde o ministro do Meio Ambiente (Ricardo Salles) liderou esse processo de forma muito eficiente —declarou.

Antônio negou que o governo tenha demorado em reagir ao vazamento de óleo. Reportagem do GLOBO de ontem mostrou que a União violou uma série de processos que levariam ao acionamento do PNC no dia 2 de setembro —a medida só ocorreu 41 dias depois, em 11 de outubro.

A Petrobras divulgou ontem que o óleo é proveniente de três campos da Venezuela e que a estatal não tem os instrumentos necessários para controlá-lo.

— Ainda não se definiu a origem do vazamento. A gente viu por satélite, fez sobrevoos e não pegamos esse óleo, pois ele vem pelo fundo (do mar). Fica praticamente impossível segurar por barreira ou outros instrumentos que temos —disse Eberaldo Neto, diretor de Assuntos Corporativos da estatal. —Os mecanismos que agente detêm são agulha no palheiro para pegar, por conta da característica desse óleo, que é mais pesado, vem por baixo.

(Colaborou Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Quando você ia para o moinho, eu já voltava com o fubá**

Jair Bolsonaro disse, ontem, que convidou os chineses para participarem da licitação do megaleilão da cessão onerosa, no dia 6. Talvez ele não saiba que as petroleiras chinesas já constam há algum tempo da lista de empresas que confirmaram participação.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 26/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Maria Eduarda Cardim/ Ingrid Soares****Título: Óleo vem de três campos**

Estudos técnicos realizados pela Petrobras sobre a origem do petróleo que contamina mais de 2,5 mil quilômetros do litoral do Nordeste confirmam não apenas que o produto teria origem na Venezuela, mas de quais campos o material foi retirado. A informação foi repassada à Marinha e aponta que a borra de petróleo tem origem em três campos específicos de exploração no país vizinho. A constatação foi possível após a Petrobras comparar a composição química do material recolhido nas praias com centenas de amostras de petróleo de todo o mundo que a empresa mantém em um centro de pesquisas na Ilha do Fundão, no Rio.

“Quando a gente fez a análise em mais de 30 amostras, concluiu que era de três campos venezuelanos, é um blend (mistura). A origem do petróleo é lá. A origem do vazamento é outra coisa, que a gente entende que é na costa brasileira”, disse o diretor de Assuntos Corporativos da Petrobras, Eberaldo de Almeida Neto. Estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) indicou que o derramamento pode ter ocorrido a pelo menos 600 km da costa.

Isso não significa, portanto, que a Venezuela tenha responsabilidade direta sobre o derramamento do óleo, já que o material pode ter sido embarcado em navio de qualquer origem, até mesmo em embarcações ilegais. A hipótese de que o piche seja resultado de operação criminosa de um “navio fantasma” é, para a Marinha, uma das mais prováveis atualmente porque, segundo avaliações técnicas que já realizou, o produto que contamina as praias brasileiras não é comprado por nenhum outro país do mundo

Para Almeida Neto, o trabalho de buscar a origem do material para evitar que chegue às praias do Nordeste, como vem acontecendo desde o início de setembro, “é (como procurar) uma agulha no palheiro”.

Após fazer o cruzamento de uma série de dados, a Marinha enviou questionamentos técnicos formais a 30 embarcações que têm origem em 11 países. Todas passaram pela região no período investigado e possuem registros na Organização Marítima Internacional. As respostas ainda são aguardadas.

Linha de crédito

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, anunciou ontem que R\$ 200 milhões em linhas de crédito serão liberados para ajudar pequenos empreendimentos turísticos afetados pelo vazamento. O anúncio foi feito durante uma visita a Porto de Galinhas (PE). A ajuda serve para fortalecer o setor das áreas atingidas e os microempreendedores a superar uma eventual retração nos negócios.

De acordo com o Ministério do Turismo, os recursos vêm do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e as condições para pagamento do empréstimo serão diferenciadas, no que se refere a prazos e juros. O edital para credenciar novos agentes financeiros será publicado nos próximos dias. O Fungetur é operado no Nordeste pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese).

“Estamos aqui para somar esforços diante desse momento difícil. O turismo é um setor que envolve emprego e renda para a população, talvez mais simples. Todos nós estamos em um esforço concentrado para que a economia dos estados e da União não sejam impactadas”.

De acordo com o Ministério do Turismo, os recursos vêm do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e as condições para pagamento do empréstimo serão diferenciadas, no que se refere a prazos e o juros. O edital para credenciar novos agentes financeiros será publicado nos próximos dias. O Fungetur é operado no Nordeste pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese).

“Estamos aqui para somar esforços diante desse momento difícil. O turismo é um setor que envolve emprego e renda para a população, talvez mais simples. Todos nós estamos em um esforço concentrado para que a economia dos estados e da União não sejam impactadas”.

R\$ 200 milhões

é quanto será liberado em linha de crédito para ajudar pequenos empreendimentos turísticos afetados pelo vazamento

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Eduarda Cardim/ Ingrid Soares

Título: Praias boas para banho

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, garantiu ontem que menos de 10% das praias do Nordeste foram afetadas pelo vazamento. Segundo ele, há regiões com “total condição de receber os turistas e banhistas”.

“Mesmo as praias que já foram impactadas e já foram limpas, existe a possibilidade do turismo e da utilização”, assegurou, mas sem detalhar qual critério técnico usou para fundamentar a informação. Ele também disse que não é possível afirmar como a fauna marinha foi atingida.

Por sua vez, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que o governo chegará aos responsáveis pelo óleo. Em entrevista à Globo News, adiantou que a Interpol está ajudando nas investigações. “Nós temos um trabalho de paciência, de cruzamento de dados. Mas vamos chegar lá, nós vamos chegar ao responsável”.

Ele ressaltou que não houve demora do governo federal em adotar medidas de contenção contra o vazamento, e que trata-se de um caso “atípico”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Luz mais cara mês que vem

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que as contas de luz vão ter bandeira tarifária vermelha patamar um em novembro. Com isso, a taxa extra nas tarifas será de R\$ 4,169 a cada 100 quilowatts-hora consumidos (kWh). Em outubro, vigorou a bandeira amarela, com taxa de R\$ 1,50 a cada 100 kWh consumidos.

“Novembro normalmente se caracteriza pelo início do período úmido nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Todavia, o regime de chuvas regulares nessas regiões tem se revelado significativamente abaixo do padrão histórico. A previsão hidrológica para o mês também aponta

vazões afluentes aos principais reservatórios abaixo da média, o que repercute diretamente na capacidade de produção das hidrelétricas, elevando os custos relacionados ao risco hidrológico (GSF). Essa conjuntura demanda elevação do acionamento do parque termelétrico, com consequências diretas sobre o preço da energia (PLD). O PLD e o GSF são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada”, informou a Aneel.

No sistema de bandeiras tarifárias, em vigor desde 2015, a cor verde não tem cobrança de taxa extra, indicando condições favoráveis de geração de energia no país. Nesta semana, a diretoria da Aneel aprovou uma mudança nas regras da bandeira tarifária, para retirar o critério de arredondamento da taxa adicional cobrada com o acionamento das bandeiras amarela e vermelha. Assim, na bandeira amarela, com condições menos favoráveis, a taxa extra será menor agora, de R\$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos.

A bandeira vermelha pode ser acionada em um dos dois níveis cobrados. No primeiro nível, o adicional passa a ser de R\$ 4,169 a cada 100 kWh. No segundo nível, a cobrança extra será de R\$ 6,243 a cada 100 kWh. A bandeira tarifária que vai vigorar em dezembro será divulgada pela Aneel no dia 29 de novembro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras pretende participar de leilão

A Petrobras pretende usar os R\$ 34 bilhões que receberá da União pelo aditivo do contrato de cessão onerosa no próprio leilão dos excedentes da área, marcado para 6 de novembro. O leilão oferecerá o direito de extrair petróleo e gás em áreas no polígono do pré-sal concedidas à Petrobras em 2010. Segundo a diretora financeira e de relacionamento com investidores, Andrea Almeida, a empresa espera receber os recursos ainda neste ano, à medida em que eles sejam arrecadados pela União.

“O dinheiro proveniente do aditivo do contrato a gente pretende, sim, usar no leilão agora no dia 6 de novembro. Integralmente”, afirmou ontem, durante coletiva de imprensa para divulgar o balanço da companhia no terceiro trimestre de 2019.

Segundo acordo firmado em 2010, a Petrobras tem direito de extrair até 5 bilhões de barris de petróleo equivalente dessas áreas, que fazem parte do Polígono do Pré-sal. Como foram descobertos volumes superiores a esse limite, o Conselho Nacional de Política Energética autorizou a Agência Nacional do

Petróleo a licitar esse excedente em regime de partilha, o que pode gerar mais de R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura.

A diretora avaliou o balanço divulgado ontem e destacou que a produção aumentou 9,3% no período, quando houve queda de 10% no preço do petróleo. “Também tivemos maiores volumes no refino, no diesel principalmente”, afirmou ela, que considerou os resultados “bem positivos”.

A queda de custo de produção no pré-sal, para US\$ 5 o barril, foi comemorado pelos executivos da companhia, que também chamaram a atenção para a redução do endividamento. “É um marco relevante no trimestre. A gente conseguiu reduzir em US\$ 11 bilhões a dívida da Petrobras, atingindo o valor de US\$ 90 bilhões.”

Em relação ao programa de desinvestimentos, a diretora disse que a Petrobras já atingiu a meta de vender cerca de R\$ 15 bilhões em ativos neste ano, e chegou a R\$ 15,3 bilhões, dos quais R\$ 13,3 bilhões já estão no caixa da companhia. Em teleconferência com analistas, Andrea Almeida reforçou a necessidade de a empresa continuar vendendo ativos e reduzindo custos para atingir a meta de alavancagem de 1,5 vez, prevista para 2020. Já a redução da dívida para o nível de US\$ 60 bilhões dependerá, principalmente, da venda das refinarias.

Segundo a diretora, o investimento da estatal para os próximos anos será “o mais realista possível”. A Petrobras divulga anualmente o Plano de Negócios quinquenal que, no passado, se mostrou descolado da realidade por não ser totalmente cumprido de forma recorrente. “Estamos fazendo para os próximos cinco anos o mesmo que fizemos com os investimentos de 2019, rodando vários cenários e aplicando análise de risco, para ser o mais realista possível”, explicou.

No terceiro trimestre, a companhia reduziu em 33,2%, para US\$ 2,612 bilhões, os investimentos, na comparação com o mesmo período de 2018.

Preço do diesel cai

A Petrobras reduziu ontem o preço do diesel nas refinarias em R\$ 0,0348, primeira alteração no preço desde 19 de setembro. O percentual da queda para o consumidor vai depender do polo do abastecimento. O recuo pegou os revendedores de surpresa, segundo o presidente da Associação dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo. “Os meus associados estavam esperando alta, porque apesar do dólar ter cedido um pouco, o petróleo subiu”, disse.

Petroleiros em greve

O Sindipetro RJ, sindicato de empregados da Petrobras ligado à Federação Única dos Petroleiros, não assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019 mediado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e informou que vai aderir à greve que será deflagrada hoje pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Segundo o sindicato do Rio, o “rito de assinatura acontece na medida em que há consenso entre as partes”, o que não houve no caso da discussão sobre o acordo salarial da categoria. O Sindipetro RJ realizará assembleias no fim de semana para preparar a adesão à greve na segunda-feira, depois de ter comunicado à Petrobras ontem, conforme determina a lei. A Petrobras disse que ainda tenta evitar a greve, mas que se for deflagrada tomará medidas para evitar impacto na produção e no abastecimento, porém não deu detalhes.

MME / ASCOM .